

## **POLÍTICA TECNOLÓGICA, EXTENSÃO RURAL, IDEOLOGIA E CONDIÇÕES DE VIDA DO PEQUENO PRODUTOR**

**JOSÉ DE BRITO NETO**

Mestrado em Adm. Rural pela UFRPE. Extensionista da Emp. Assist. Técn. Ext. Rural Est. PE (EMATER-PE).

Este estudo procura identificar a melhoria de vida que vem acontecendo com pequenos agricultores, no município de Limoeiro-PE, em decorrência do uso da tecnologia agropecuária e social divulgada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco (EMATER-PE). A hipótese do trabalho é que a difusão de conhecimento de natureza tecnológica, mesmo quando eleva o nível de produção e produtividade, pode não conduzir necessariamente os pequenos agricultores à melhoria das suas condições de vida. O estudo teve três fontes de dados: a) dados de campo colhidos junto aos 93 pequenos produtores; b) entrevistas informais feitas com representantes de órgãos que atuam na sede do município e no meio rural; c) dados secundários existentes na própria EMATER-PE. Como técnica para verificação da melhoria da qualidade de vida, procuramos identificar através de indicadores econômicos, sociais e políticos, a situação de vida do público entrevistado antes e depois do trabalho com a EMATER-PE. A realidade encontrada confirmou nossa hipótese geral de trabalho e nos fez concluir que a melhoria da qualidade de vida do pequeno agricultor, antes de requerer ensinamentos tecnológicos, necessita de decisões genuinamente políticas por parte do Estado e dos próprios agricultores.

### **INTRODUÇÃO**

A Extensão Rural, vinda dos Estados Unidos para o Brasil, implantou-se em Minas Gerais em dezembro de 1948 e chegou a Pernambuco em 1954. No início, como Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural: Serviço de Extensão Rural de Pernambuco (ANCAR-PE), hoje como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco (EMATER-PE), o Serviço de Extensão, durante mais de 30 anos de trabalho ininterrupto no meio rural, vem passando por diversas mudanças estruturais, no sentido de tornar mais eficaz seu desempenho de agente provocador de mudanças sociais e econômicas no meio rural.

Tentando adaptar-se à cultura do povo do Nordeste, a Extensão nos seus primórdios partilhava da idéia de que o desenvolvimento agrícola seria impulsionado por mudanças psicossociais, realizadas com o público das comunidades onde ela trabalhava. Toda metodologia de trabalho se espelhava diretamente no programa norte-americano conhecido como Farm and Home Administration (FHA) cujo instrumento básico consistia na elaboração e execução de um plano de melhoramento para a propriedade e o lar, reforçado pela concessão de crédito rural supervisionado. Nesse momento, toda a estratégia de trabalho da Extensão era dirigida no sentido de provocar mudanças no comportamento do produtor e da sua família. A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959/1960, traz consigo uma nova forma de entender os problemas da região, ao anunciar como prioridade o fortalecimento de todo o sistema econômico regional. Fazendo parte desse contexto, não podia a Extensão ficar alheia a essa nova interpretação da realidade. A partir de então, observam-se em seus planos de trabalho, maiores esforços para transferência de tecnologia agropecuária, visando aumentar a produção das culturas, das criações e elevar o nível da família rural, sem contudo, desprezarem os trabalhos comunitários e de economia doméstica, envolvendo ação nas áreas de saúde, educação e alimentação. Nessa nova concepção, dava-se ênfase ao trabalho com grandes produtores, objetivando a intensificação da transferência de tecnologia agropecuária, intensificava-se a elaboração de projetos de crédito rural orientado e faziam-se restrições aos trabalhos que antes eram desenvolvidos na área social. Como consequência dessa ação, o agricultor participava menos da elaboração do plano de trabalho no qual a Extensão o coloca como beneficiário.

## A REORGANIZAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

O Governo Federal, por intermédio da Lei nº 6.126 de 06.11.1974 (EMBRATER, 1975), autorizou o Poder Executivo a instituir a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) que foi incumbida de fazer, entre outras atividades, a coordenação de todo o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural existente no país. Com essas características, o planejamento da EMBRATER determinava suas diretrizes, de forma que a transferência de tecnologia agropecuária fosse orientada em primeiro lugar para os produtos definidos no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) como prioridades nacionais. Satisfeita esta exigência, a associada da EMBRATER podia incluir em sua programação o trabalho com culturas e criações que atendessem às suas prioridades a nível de unidades da Federação. A ordem do momento era dar ênfase ao trabalho com culturas e criações que tivessem suas produções destinadas aos mercados nacional e internacional.

A contratação de técnicos para trabalharem na área social, o trabalho com a liderança e a comunidade, foram então substituídos por ações no campo da tecnologia agropecuária. O discurso do Governo Federal fazia veicular a idéia em todas as instituições a ele vinculadas, que o desenvolvimento econômico trazia consigo o bem-estar social. **PLANTE QUE O GOVERNO GARANTE** era o "slogan" para garantir a motivação do agricultor. Datam desse período, as idéias de modernização tecnológica via "insumos modernos", "tecnologia moderna", "pacote tecnológico", enfim, o excessivo uso de agrotóxicos e o avanço intensificado da deprecação dos recursos naturais.

Nessas circunstâncias, a cada instante as diretrizes do trabalho privilegiavam as ações que se realizavam em favor da área econômica e sacrificavam o pouco que vinha sendo realizado na área social. O trabalho de base comunitária e com a juventude rural, sofreram grandes desestímulos. As ações que não estivessem diretamente relacionadas com um produto corriam o risco de serem enquadradas como "anti-econômicas", e, como tal, não se justificava trabalhar com elas. O "slogan" **EXPORTAR É O QUE IMPORTA**, com muita fidelidade reproduzia esse momento de contradição vivido pela Extensão Rural, quando ela tentava pôr em prática seus princípios educativos.

## **FORMULAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVO DA PESQUISA**

Decorridos mais de trinta anos de atuação da Extensão em Pernambuco, em busca de mudanças sociais e econômicas, levanta-se a necessidade de se identificar quais são essas mudanças acontecidas no meio rural, decorrentes das tecnologias introduzidas.

Estudos credenciados, ao abordarem a problemática rural, têm demonstrado índices crescentes de pobreza, analfabetismo, desemprego, êxodo rural, baixo salário, precárias condições de saúde, habitação e higiene para maioria da população rural.

Embora a tecnologia possa elevar a produção e a produtividade do trabalho, isso não garante que o pequeno agricultor dela se beneficie. O processo de formação de uma tecnologia carrega em seu interior a natureza das relações de produção da sociedade onde ela é gerada. O que se anuncia como objetivo nos programas rurais, tudo faz crer que não está sendo alcançado no meio onde chegam essas tecnologias. Observando-se de forma realista, conclui-se pela necessidade de estudos onde se aprofunde a questão da transferência de tecnologia, quando se afirma que o objetivo de sua adoção é melhorar a vida e o meio onde vivem os seus usuários.

Como contribuição ao estudo deste problema, partimos para verificar se a melhoria de condições de vida dos pequenos agricultores do município de Limoeiro, conforme concebe a Extensão Rural em seus objetivos, pode ser constatada após a ação desta mesma Extensão Rural na área pesquisada.

Desse modo, com esta pesquisa esperamos contribuir para a melhoria da administração do setor público agrícola.

## REVISÃO DE LITERATURA

Entre as diversas formas de abordagem da questão, destacam-se três:

- a) a abordagem dos que vêem a prioridade do desenvolvimento centrado no aumento da produção e da produtividade agrícola, via modernização tecnológica;
- b) há os que consideram que simultaneamente a mesma importância deve ser dada aos aumentos de produção e produtividade agrícola e aos aspectos culturais do agricultor, tais como: grau de escolaridade, visão do mundo, consciência política, senso crítico, etc;
- c) por fim, existe a corrente daqueles que acreditam na importância dos aumentos de produção e produtividade, no desenvolvimento cultural do agricultor como instrução escolar, visão do mundo, etc. Porém, valorizam as decisões políticas, como sendo a causa fundamental para que uma comunidade ingresse num processo de trabalho que propicie a melhoria de vida dos seus habitantes.

Com esse enfoque acima os autores RATTNER (1981) E SILVA (1982), chamam nossa atenção para o emprego de tecnologias, salientando os seus efeitos, de modo que uma classe social pode ser privilegiada em detrimento de outra. Assim, RATTNER (1981), no trabalho "Uma Tecnologia para Combater a Pobreza", salienta que os defensores da tecnologia apropriada se baseiam na idéia de que a tecnologia não é neutra, ou seja, as forças produtivas estão estreitamente vinculadas às relações sociais de produção. Dessa maneira, a introdução de uma tecnologia pretensamente legitimada com o desenvolvimento e a elevação do nível de vida de uma população pode resultar sistematicamente numa polarização mais acentuada entre ricos e pobres, desde que planejada e conduzida para esse fim.

Aprofundando mais o estudo da tecnologia, no sentido de se saber o que

ela faz ou deixa de fazer em prol do desenvolvimento, SILVA et alii (1983) afirmam que o problema "é que a questão é política e não tecnológica: antes de se saber qual tecnologia utilizar é preciso decidir que sociedade queremos construir" (:50). Portanto, a geração, a difusão e a adoção de uma tecnologia é um processo determinado pelas relações sócio-políticas existentes entre as classes sociais que compõem a sociedade. Desconhecer esse processo é o mesmo que conduzir ao fracasso os programas e estudos que desejam mudanças sociais via escolha de tecnologia. Nesta condição, a difusão de conhecimentos tecnológicos, apenas resolve parte do problema rural, qual seja, os aumentos de produção e produtividade. Os novos conhecimentos técnicos, postos em prática pelos produtores, não têm a força necessária para modificar as relações sociais de produção e com isso, a melhoria do padrão de vida da classe produtora continua comprometida. Dessa forma, é necessário que tanto o técnico como o produtor, comecem a distinguir a existência de classes sociais diferentes, em que e por que elas diferem. Vista por esse ângulo, a questão da melhoria das condições de vida no meio rural, deixa de ser somente tecnológica e cultural para ser também uma questão de ordem genuinamente política.

## **HIPÓTESE DE TRABALHO**

A fim de investigar o problema apresentado nas páginas anteriores, formulamos a seguinte hipótese de trabalho:

A difusão de conhecimentos de natureza tecnológica, mesmo quando eleva o nível de produção e produtividade agrícola, pode não conduzir necessariamente os pequenos agricultores à melhoria das suas condições de vida.

## **INDICADORES DAS CONDIÇÕES DE VIDA**

Primeiro grupo: - Grupo dos indicadores econômicos: Neste primeiro grupo, a pesquisa identificou:

- a) o estoque de meios de produção existentes no imóvel rural, em poder do pequeno agricultor, o qual é necessário à adoção das novas formas tecnológicas introduzidas;
- b) os serviços básicos implantados na área, como decorrência do desenvolvimento econômico, causado pela difusão dos conhecimentos tecnológicos.

Segundo grupo: - Grupo dos indicadores sociais: Identifica as mudanças ocorridas com o pequeno agricultor, considerando o padrão de vida conquistado no atendimento de suas necessidades de saúde, alimentação e educação.

Terceiro grupo: - Grupo dos indicadores políticos: permite a identificação do grau de participação efetiva que os pequenos agricultores têm no trato das questões comunitárias, na escolha das tecnologias e a influência que esses produtores exercem sobre as associações de classes, clubes de serviços, cooperativas e sindicatos da área pesquisada.

## COLETA DE DADOS

- a) dados de campo, colhidos através do preenchimento do questionário, que foi preenchido com o pequeno agricultor;
- b) entrevistas informais realizadas com representantes de órgãos existentes na sede do município e que atuam no meio rural;
- c) consultas aos dados secundários da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco (EMATER-PE), existentes em seu sistema Dinâmico de Acompanhamento (SDA).

## CONCLUSÕES E SUGESTÕES

A pesquisa realizada em campo confirma as informações contidas nos relatórios da Extensão, onde são demonstrados os resultados e mudanças quantitativas provocadas pela ação dos extensionistas junto ao pequeno agricultor, quais sejam: maior volume de produção, maior uso de insumos, maior demanda por crédito rural, entre outras. Esses resultados e essas mudanças quando vistos pelo lado qualitativo, mesmo causando incrementos em termos de área plantada, insumos utilizados, consumo de algum bem, utilização de algum serviço, não devem ser entendidos como indicadores de melhoria das condições de vida do pequeno agricultor.

Entender a mudança tecnológica na agricultura como fator autônomo e auto-suficiente, capaz de modificar o meio rural e a vida dos camponeses é um comportamento que revela uma certa ingenuidade política e administrativa. A

idéia de quem assim coloca a questão da mudança tecnológica é como se a tecnologia fosse uma panacéia para todos os males do agricultor e sua sociedade. No entanto, a tecnologia deve ser entendida como um produto da sociedade, e, como tal, não pode ser neutra e isenta de ideologia. A mudança tecnológica quando assim administrada, disfarça a real contribuição que as ciências agrárias e sociais podem prestar à sociedade rural, colaborando desse modo, muito mais para proteger os interesses dominantes, mantendo o "status quo" do que para influir no aumento de produção e no bem-estar dos produtores mais pobres, isto é, do que mudar o "status quo".

O esforço despendido pelos pequenos agricultores para o alcance dessas metas e mudanças não traz consigo o poder que lhes garanta o direito de participar de forma igualitária dos benefícios que eles próprios constroem.

Os tecnólogos, no desejo de motivarem os agricultores para adoção de novas tecnologias, ainda não pensaram em motivá-los para entender que a tecnologia e os benefícios gerados por ela, podem ser transformados em instrumentos políticos das classes que detêm maior poder. O caso do algodão pode servir de exemplo: se não existe no meio rural um eficiente serviço de classificação que indique o tamanho da fibra que é produzida pelos pequenos agricultores, quem mais se beneficia com o trabalho do pesquisador e do extensionista que recomendam o plantio de variedades de fibra longa: o agricultor, o comerciante ou o industrial? Mesmo aplicando com todo o rigor as técnicas agrícolas recomendadas pela Extensão, como conseguir melhor resultado econômico com esse produto, se os poucos compradores estão organizados para comprá-los e os plantadores que são muitos, continuam desorganizados para comercializá-los? Desse modo, para os grupos detentores do poder, é bem melhor divulgar os resultados quantitativos do trabalho que os pequenos agricultores vêm conseguindo do que tentar solucionar as causas da sua pobreza, do analfabetismo, da falta de higiene, desnutrição, etc. Esses fatos são compreendidos como "coisas do subdesenvolvimento" e como tal, apesar de "reconhecivelmente desagradáveis", "são coisas inevitáveis e naturais" que acontecem com a sociedade camponesa. A realidade rural sendo percebida desse modo, o sistema se esforça para que o trabalho do técnico fique concentrado, no sentido de fazer o pequeno agricultor acreditar que a tecnologia aplicada permite, a todos, o direito de iguais chances de melhorarem de vida, sem fazer transparecer que nem sempre aqueles que produzem, são os reais senhores dos frutos do seu trabalho. Nessas condições, a melhoria do padrão de vida não depende dos agricultores e sim de quem possui o controle dos meios e das condições para que eles possam trabalhar.

As tecnologias contidas nos planos que são recomendados para o meio rural, podem até provocar mudanças no processo produtivo dos camponeses,

sem contudo poder contribuir para modificar a estrutura social que os subordina. Assim, motivar constantemente para adotar novas tecnologias, na promessa de que se assim fizerem, melhoram as condições em que vivem, sem alertá-los para a necessidade de poder decidir também sobre o jogo dos interesses que formam as relações de produção, significa viver prestando constantemente um desserviço à classe camponesa.

## SUGESTÕES

Ao anunciar o objetivo deste trabalho, confessamos o desejo de contribuir com subsídios visando a melhoria da administração do setor público agrícola. Desse modo sugerimos:

- a) Reforma Agrária – Não se pode nem se deve mais esconder: a terra continua mal dividida.

O modo como o Estado permite a utilização da terra prejudica diretamente a qualidade de vida de toda a população trabalhadora, especialmente daquela população mais pobre. Além de dividi-la racionalmente para entregá-la aos legítimos agricultores, o poder público deve garantir apoio técnico, recursos financeiros e os insumos necessários que garantem a produção e a comercialização.

Sobre a realização da reforma agrária se assentam as soluções dos problemas de natureza social, política e econômica que afetam a sociedade rural;

- b) Captação de água caída nas enxurradas – Não só através de açudes, barreiros, tanques, etc., mas, sobretudo, por uma nova maneira de *preparo do solo* na ocasião do plantio.  
Numa região agrícola onde a umidade é quem decide a colheita, a água que cai das chuvas deve ser encarada como o principal fator de produção. Assim o Estado deve legislar e criar incentivos em termos de técnicas agrícolas que conservem a umidade do solo, e não, promover o uso dos “insumos modernos” (inseticidas, pesticidas, causadores da devastação da Natureza), alegando ganhos de produção e produtividade;
- c) Promover programas que incentivem de modo igualitário as relações culturais e políticas entre a sociedade rural e urbana;
- d) Aumentar o número de escolas rurais, programando o horário de ensino de tal modo que as crianças possam estudar e ajudar os familiares nas tarefas de campo;



- e) Utilizar mais intensamente o rádio e a televisão, visando diminuir o analfabetismo e aumentar o nível de conhecimento da população;
- f) Motivar a criação de centros de desenvolvimento no meio rural onde os próprios agricultores administrem e dirijam os mais diversos assuntos do seu próprio interesse como: abastecimento, saúde, habitação, lazer, comercialização, assistência técnica, transporte, crédito agrícola, cooperativismo, sindicalismo, armazenamento, etc;
- g) Promover campanhas de esclarecimentos através das escolas e feiras livres do meio rural, rádio e televisão, a fim de que o agricultor comece a tomar conhecimento da legislação brasileira, especialmente a constituição do País, as leis trabalhistas, o código civil brasileiro, a legislação agrária e a sindical;
- h) Estimular a participação e o direito de se representar politicamente nos mais diversos níveis da sociedade através do voto livre e secreto;
- i) Por fim, como decorrência natural do que foi exposto, e tendo em vista que o nosso público pesquisado foi composto por pequenos proprietários de terra, sugerimos outras pesquisas no sentido de que se identifique qual é de fato a situação de vida dos trabalhadores rurais que ainda não possuem terra.

O desejo de sobrevivência é o mais cruel senhor dos pequenos agricultores. Em busca dessa sobrevivência, eles acreditam que as tecnologias que adotam são capazes de melhorar-lhes as condições de vida e que os problemas que dizem respeito à sua saúde, educação, moradia, abastecimento, estradas, entre outros, só as autoridades constituídas têm o poder para resolvê-los.

Acreditamos que os problemas dos trabalhadores do campo só serão resolvidos quando eles mesmos, organizados, tiverem força e competência política para resolvê-los.

Desse modo, a questão da melhoria da qualidade de vida do pequeno agricultor, antes de requerer ensinamentos tecnológicos, necessita de decisões genuinamente políticas por parte do Estado e dos próprios agricultores. Tanto é assim que relembramos SILVA et alii (1983) "antes de se saber qual tecnologia utilizar é preciso decidir que sociedade queremos construir". (:17).

## ABSTRACT

The purpose of this study was to identify the of researching improvements in the small farmer life

in relation to the agricultural technology application disseminated by the extension service in Limoeiro county, Pernambuco State, Brazil. The farmers are assisted by the State Agricultural Extension Service (EMATER-PE). The principal hypothesis in this study is that the technological knowledge diffusion does not contribute necessarily to better the life conditions, even when it increases the production level and productivity of those small farmers. This study was based in three data sources: a) field data picked from 93 small farmers; b) open-ended interviews with public and private agencies leaders in the Limoeiro county seat and in the rural ambiance; c) secondary data from the extension service EMATER-PE. To the life conditions improvement verification were put to use economical, social and political data. This way, it was possible to know the community life situation before and after the extension work reached the farmer. In the presence of this reality our work current hypothesis was affirmed and it leads us to conclude that the small farmer life conditions improvement previous to need new technological teaching, it needs original political decisions by both: the State government and the own small farmers.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. *Atos constitutivos*. Brasília, 1975. 27 p.
- 2 - RATTNER, Henrique. Uma tecnologia para combater a pobreza. *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, 12(2): p. 60-66, abr./jul.1981.
- 3 - SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 192 p. (Agricultura e Sociedade).
- 4 - —, et alii. Tecnologia e campesinato; o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, São Paulo, 3(4):21-53, out./dez. 1983.

Recebido para publicação em 25 de junho de 1987